

# **A LUTA PELA TERRA NA AMAZÔNIA: O ASSENTAMENTO QUINTINO LIRA EM SANTA LUZIA DO PARÁ (2007-2015)**

## **THE GROUND FIGHTING IN AMAZON: THE SETTLEMENT QUINTINO LIRA, IN SANTA IZABEL FROM PARÁ (2007-2015)**

**Elias Diniz Sacramento**

[edsacramento@ufpa.br](mailto:edsacramento@ufpa.br)

**Antonio Jefferson Paiva Oliveira**

[jefferson\\_vermelho@hotmail.com](mailto:jefferson_vermelho@hotmail.com)

**Resumo:** O presente artigo procura analisar a disputa pela terra localizada no assentamento Quintino Lira no município de Santa Luzia do Pará, nordeste paraense desde o ano de 2007 quando aproximadamente cem famílias ocuparam uma área denominada de fazendas Cambará I e II de aproximadamente trezentos mil hectares, e, que tinham como supostamente donos o então deputado federal Josué Bengtson e seus filhos Paulo Bengtson e Marcos Bengtson. As análises aqui permearão um debate a cerca da questão da propriedade da terra bem como as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Também será apresentado um debate teórico dos conflitos pela posse da terra na Amazônia e mais especificamente no estado do Pará, e ainda um dos personagens emblemático, que leva o nome do assentamento, Armando Alves Lira ou Quintino Lira.

**Palavras – chaves:** Amazônia, conflitos de terra, quintino.

**Abstract:** This study to analyze the ground fighting localized in settlement Quintino Lira, in Santa Luzia County northeast Pará, since 2007 when about one hundred families occupied one area named of cambara I and II farm with about three hundred thousand hectares, and, that had supposedly like owner, Josué Bengston congressman in that time, and his sons: Paulo Bengston and Marcos Bengston. The Analyses presents here, will permeate one debate about of the land ownership, and too, like actions from movement of landless rural workers (MLRW). Too, will be introduced one theoretical debate of the conflicts for land tenure in Amazon and more specifically in Para state, and more one emblematic character that named the settlement Armando Alves Lira or Quintino Lira.

**Key-words:** Amazon, land conflicts, quintino.

## Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar a disputa pela terra localizada no assentamento Quintino Lira no município de Santa Luzia do Pará, nordeste paraense que ocorre desde o ano de 2007 quando aproximadamente cem famílias ocuparam uma área de terra denominadas de fazendas Cambará I e II de aproximadamente trezentos mil hectares, e, que tinham como supostamente donos o então deputado federal Josué Bengtson e seus filhos Paulo Bengtson e Marcos Bengtson. Os supostos donos são pessoas de grande influência no estado do Pará, principalmente por serem representantes da igreja do Evangelho Quadrangular. O pai, por exemplo, é um dos pastores mais renomado e conceituado. Ficou famoso nos anos de 1980 e 1990 por apresentar um programa em uma rádio de Belém que tinha como lema principal, a “prece poderosa”, quando em certo momento pedia aos ouvintes que colocassem um copo com água próximo do rádio, enquanto este proferia algumas palavras bíblicas com sua meditação e em seguida sugeria que se bebesse dessa água e assim, os problemas que as pessoas estivessem enfrentando, desapareceriam. Outro ponto importante a ser debatido neste artigo está relacionado à questão da propriedade da terra bem como as ações do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST), além do debate teórico dos conflitos pela posse da terra na Amazônia e mais especificamente no estado do Pará, e ainda um dos personagens emblemático, que leva o nome do assentamento, Armando Alves Lira ou Quintino Lira.

Desde a ocupação de um grupo de sem terra na fazenda Cambará I e II no ano de 2007, vários episódios envolvendo ambas as partes causaram vários atritos e perdas significativas, principalmente para os posseiros. Dentre alguns destes pode-se observar os seguintes: despejos de famílias, ameaças de morte, espancamentos, sequestros, torturas, tentativas de homicídios e assassinatos. A Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH)<sup>1</sup>, que acompanha este caso através de sua assessoria jurídica vem procurando denunciar sistematicamente essa situação, como podemos observar através de um relatório,

Na manhã do dia 10 de setembro de 2010, Caribé e João Batista Galdino saíram do acampamento para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia do Pará para prestarem depoimento a Polícia Militar sobre o despejo

---

<sup>1</sup>A Sociedade de Defesa dos Direitos humanos do Pará foi fundada em 08 de agosto de 1977 e teve grande atuação no combate ao regime militar na Amazônia. Seu primeiro presidente foi o advogado Paulo Cesar Fonteles, torturado pelos militares no Rio de Janeiro em ..... Em 1982 foi eleito Deputado Estadual pelo PMDB. Em, 1986 candidatou-se a uma vaga a deputado federal não obtendo sucesso, continuou sua atuação em defesa dos trabalhadores rurais. Em 14 de junho de 1987 foi assassinado na região metropolitana de Belém.

ilegal que estavam para sofrer. No meio do caminho foram sequestrados e colocados em uma caminhonete por três jagunços da Fazenda Cambará, todos funcionários de Marcos Begtson, gerente da fazenda e filho do Deputado Federal Josué Bengston<sup>2</sup>.

José Valmeristo, o Caribé, foi assassinado pelos jagunços. Joao Batista Galdino conseguiu escapar da emboscada. Nessa época, houve uma repercussão nacional e até internacional por conta da morte de Caribé. O sobrevivente passou a integrar então uma lista de pessoas que teriam uma proteção do estado. No entanto, como era uma das lideranças do acampamento, este teve que retornar.

A prática da intimidação para retirar famílias que estejam ocupando uma área que supostamente tem proprietários, é o que leva aos grandes conflitos agrários que são traduzidos através da violência sistemática, ora por conta do aparato estatal, ora por organização dos ditos donos, que usam de esquemas milicianos com usos de jagunços e pistoleiros para fazerem o trabalho ‘sujo’. São incontáveis os casos relacionados a essa realidade. Um dos pistoleiros mais temido no Pará foi Sebastiao Pereira Dias, conhecidos por Sebastiao da Teresona, uma suposta referencia a sua primeira mulher, Maria Teresa. De acordo com Pereira, sobre oeste personagem, nos relata o seguinte,

Nos depoimentos que concedeu a justiça em 1987, Teresona admitiu que coordenava alguns grupos de “fiscais” em diversas fazendas do sul e sudeste do Pará além de exercer atividades como empreiteiro. No depoimento concedido à Dra. Ezilda das Chagas Pastana Mutran, juíza de Marabá, em 02/02/1987, por exemplo, disse que tomava conta de várias propriedades, entre elas as fazendas Tona, de Salim e Carlos Chamié (proprietários da Companhia Indústria do Brasil – CIB); Pau Preto, de Aziz Mutran, Vira Cebo, de Osvaldo Mutran; e Surubin, de João Almeida<sup>3</sup>.

Frente, a essas estratégias organizadas pelos donos de grandes empreendimentos que contavam com o aparato do estado e de particulares como de pistoleiros que organizavam homens para “fiscalizarem”, os trabalhadores procuraram também criar suas alternativas e estratégias de defesas, como afirma uma das maiores pesquisadoras sobre o assunto, Caldarti, onde nos mostra que o MST passou a tornar-se um ‘sujeito’ da história desde o final da década de 1970, quando apoiados por setores da igreja Católica Progressista com os ideais da Teologia da Libertação fez aparecer nas regiões sul/sudeste do Brasil um movimento que se tornou fenômeno Brasil afora. A forma de luta do MST foi condicionada a novas metodologias que fizeram um enfrentamento aos governos federal e estadual, questionando várias demandas necessárias aos desprovidos da terra. Assim, nos mostra a autora,

<sup>2</sup> Breve relatório sobre a situação da fazenda Cambará- Situação de conflitos e ameaças. Fonte: SDDH.

<sup>3</sup> PEREIRA, Airton dos Reis. Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Recife: Editora UFPE, 2015. P, 201.

O MST consegue mostrar à sociedade as mazelas das políticas públicas e o descaso das forças políticas hegemônicas que excluem e marginalizam a maioria da população, também a falta de acesso aos meios de produção que pode ser a forma mais democrática de erradicação da pobreza e da marginalização de milhões de brasileiros, nos moldes do próprio art. 3º da Constituição da República<sup>4</sup>.

O caso da fazenda Cambará I e II, dita de propriedade do deputado Federal Josué Bengston e seus dois filhos, Paulo e Marcos, onde está localizado o assentamento Quintino Lira, espaço de disputa litigiosa continua ocorrendo. Ainda nos dias atuais, não houve uma decisão judicial deferindo um parecer sobre o caso. Nesse sentido, O movimento dos trabalhadores rurais sem terra do Pará tem procurado acompanhar o caso junto à assessoria jurídica da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos do Pará, como se pode observar em um breve relatório descritivo sobre o caso.

Essas famílias estão acampadas desde 2007 e reivindicam a área para fins de reforma agrária, o que inclusive já foi objeto de diversas reuniões junto ao INCRA e representantes das famílias. Ressalta-se que dentre as pessoas que estão no local, há uma significativa quantidade de crianças, chegando a quase metade da população acampada. Atualmente as famílias vivem tentando tirar o sustento da terra plantando mandioca para terem esta como alimento principal do dia-a-dia. Muitas estão em estado de extrema pobreza e sobrevivem da solidariedade entre os acampados. São inúmeras crianças desnutridas e carente de diversos recursos. A expectativa de serem assentados da reforma agrária lhes assegura a esperança de que dias melhores podem vir para aquelas pessoas e seus descendentes. Essa expectativa aumentou quando se comprovou que a terra em que estão é área pública federal. A localização dessas famílias incide em área que não possuía qualquer utilização, era terra nua e visivelmente devastada, o que inclusive fez com que os ocupantes entendessem que era um lugar próprio para morada, cultivo de horta e criação de pequenos animais<sup>5</sup>.

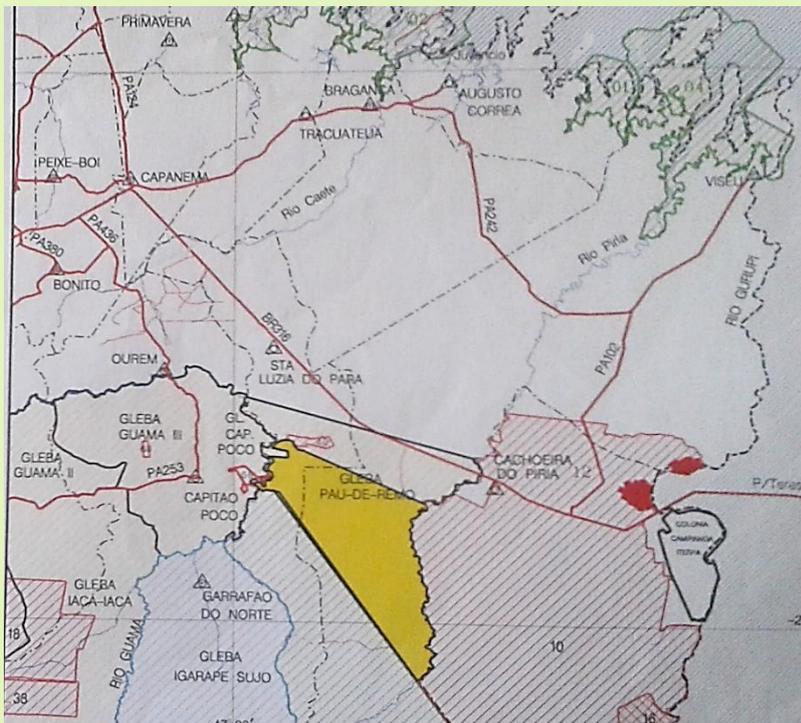
Como podemos observar a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos, através de sua assessoria jurídica, mostra que as famílias que ocupam o assentamento Quintino Lira devem permanecer na referida área, uma vez, que pelas várias exposições de motivos, lhes é assegurado esse direito, uma vez que como foi explicitada, a terra ocupada tinha a característica de ser do governo e constava como improdutiva. Reforça a sociedade de defesa dos direitos humanos do Pará (SDDH) informando que a tal área, conhecida como Pau de Remo, localizada no município de Santa Luzia do Pará é de uma gleba federal, arrecadada e matriculada pelo INCRA, conforme levantamento discriminatório desse órgão de terra, em portaria 325, expedida em 3 de dezembro de 1982, conforme localização em destaque amarelo no mapa abaixo.

---

<sup>4</sup> CALDARTI, Roseli Salete. MST – Um novo sujeito. In: SANTOS, Deise dos. O MST e a constituição: um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007. P. 78.

<sup>5</sup> Breve relatório sobre a situação da fazenda Cambará – Situação de conflitos e ameaças. Fonte: SDDH.

Fig. 1 - Croqui da localização do assentamento Quintino Lira<sup>6</sup>.



Embora esse conflito pela posse da terra seja atual, o que temos visto significativamente na Amazônia e mais particularmente no Pará são casos que estejam relacionados ao modelo de colonização desta região, como nos mostra Acevedo Marin ao nos fala sobre esses processos de ocupação da terra na área do salgado paraense, mais precisamente na parte chamada da costa litorânea paraense. A autora nos fala sobre os

<sup>6</sup> Fonte: MDA e INCRA – Relatório da SDDH/PA

conflitos no município de Colares<sup>7</sup> quando nos fins da década de 1980 uma empresa chamada Empasa tentou se apossar de terras de comunidades remanescentes de quilombos, como podemos ver a seguir,

Santo Antônio de Campina concretiza a apropriação privada de uma área que se originou de uma sesmaria e sucessivos atos de apossamento de terras devolutas por diversos sujeitos, em dadas circunstâncias históricas. Na mentalidade dos atuais “proprietários modernos” trata-se de exercer um poder absoluto e exclusivo sobre essa área, de tal forma que a presença do grupo representado na Associação Quilombola de Cacau e suas formas de apropriação comunitária dos recursos naturais conflita com seu projeto e interesses<sup>8</sup>.

A autora, destacada pesquisadora sobre comunidades quilombolas no Pará tem feito um grande esforço para mostrar a situação litigiosa que vivem vários espaços amazônicos. Outros dois casos muito interessantes foram abordados pela autora em outros dois trabalhos: No caminho de pedras de Abacatal<sup>9</sup> e Negros do Trombetas<sup>10</sup>. No caminho de pedras do Abacatal, publicado com Castro, procuraram mostrar a tentativa da empresa Pireli em se apropriar dessa área e a resistência da comunidade. Neste caso, algo chamou muito atenção. A área pretendida pela empresa de pneus está localizada próximo da região metropolitana de Belém. O outro caso apresentado por Acevedo Marin trata da difícil disputa pela terra no município de Oriximiná, região oeste paraense. Ali, nos dizem as autoras, uma empresa produtora de alumínio, chamada Mineradora Rio do Norte (MRN) se apossou de várias localidades, comunidade quilombolas, modificando intensivamente a vida social desses moradores.

Nesse sentido, conflitos do passado ainda são muito presentes nos dias atuais. O caso das fazendas Cambará I e II onde está localizado o assentamento Quintino Lira faz parte desse processo. Até por que o município de Santa Luzia do Pará está localizado na região que ficou conhecida pelos intensos conflitos de terra nos fins da década de 1970 e parte da década de 1980, principalmente pela famosa área chamada Gleba Cidapar e também pelo surgimento de Armando Alves Lira, ou Quintino Lira. Loureiro<sup>11</sup> destaca que toda essa área do nordeste

---

<sup>7</sup>O município de Colares também ficou conhecido nacionalmente nos fins da década de 1970 e início da década de 1980, quando ali existiram vários relatos de aparição de supostos ‘óvnis’ ou como ficaram conhecidos na época, os chupa-cabras.

<sup>8</sup> ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Julgados da terra: cadeia de apropriação e atores sociais em conflito na Ilha de Colares., Pará. Belém, Pará, 2004.

<sup>9</sup> ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth & CASTRO, Edna Maria Ramos de. No caminho de pedras de Abacatal: experiência social de grupos negros no Pará. Belém: NAEA, 2004.

<sup>10</sup> ACEVEDO, MARIN, Rosa AElizabeth & CASTRO, Edna Maria Ramos de. Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios. 2ª ed. (revista e ampliada). Belém: Cejup, 1999.

<sup>11</sup> LOUREIRO, violeta Refkalefsky. Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia. Belém: Cejup, 2001.

paraense (a gleba Cidapar) era de origem de sesmaria. Sobre esse caso, que envolve o município de Santa Luzia do Pará e o assentamento litigioso, retomarei mais a diante.

### **A Amazônia na época do golpe Civil-Militar**

A violência no campo na região amazônica tem sido tema de vários trabalhos acadêmicos que vão desde monografias, dissertações, teses publicações de artigos e livros. Esses trabalhos ganharam significativo destaque principalmente após o golpe militar ocorrido em 1964 quando os militares depuseram João Goulart. O então presidente do Brasil naqueles anos de 1964, precisamente nos primeiros meses vivia grande tensão, uma vez que as pressões eram constantes. Os trabalhadores do campo e da cidade, principalmente, de São Paulo, Rio de Janeiro, de Pernambuco, região onde existiam as chamadas Ligas Camponesas, cobravam as reformas de base, entre elas a melhoria de vida nos canteiros de obras, reforma agrária, salário justo para que a classe trabalhadora pudesse ter uma vida melhor. O golpe que tomou o Brasil em 1964 aconteceu sem derramamento de sangue, mas com perspectivas de traumas que viriam deixar profundas marcas no Brasil como um todo.

Às direitas saudaram nas ruas a vitória imprevista. Uma grandiosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade, com centenas de milhares de pessoas, no Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1964, comemorou o sucesso do golpe e festejou a derrota de Jango e das forças favoráveis as reformas e ao projeto nacional-estadista popular. Sem ainda saber exatamente o que iria acontecer, o país ingressara numa longa ditadura<sup>12</sup>.

No período do golpe militar em 1964, a Amazônia já vivia o debate do uso das terras devolutas ou terras de domínio do estado. A historiadora paraense Edilza Fontes<sup>13</sup> em um artigo cita um personagem que marcou este tempo, Benedicto Monteiro, então deputado estadual em 1960 pelo PTB, embora fosse um comunista, pois o Partido Comunista do Brasil estava na ilegalidade, foi autor de um projeto de reforma agrária em 1962, dois anos antes do golpe. Nesse projeto, tinha o autor à perspectiva de ordenar a questão da propriedade da terra, permitindo que famílias do Pará pudessem ter seu lote, se contrapondo aos ideais dos latifundiários, que imbuídos pela construção da rodovia BR 316 e com várias vias sendo abertas no estado paraense, pudessem vir de outras partes do Brasil e se apossarem desses espaços. O projeto do deputado foi voto vencido na Assembleia Legislativa do Pará no mesmo ano. Este fato é muito importante, por que mostra exatamente alguém que tinha uma

---

<sup>12</sup> REIS, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. 1ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.45-46.

<sup>13</sup> FONTES, Edilza Joana de Oliveira. A reforma agrária em projeto: o uso do espaço legal para garantir o acesso a terra no Pará (1960-1962). Paraná: Antíteses, v. 8, Nov. 2015.

preocupação com a questão fundiária, pensava num modelo de reforma agrária já naqueles anos, mesmo antes dos militares terem ascendido ao poder e voltar seus olhos para a região amazônica como um grande vazio demográfico, que precisava ser explorado e ocupado, como foi, causando grandes conflitos nesse contexto.

Carneiro e Cioccarì<sup>14</sup> ao organizarem um livro para o Ministério do Desenvolvimento Agrário do governo federal trazem um amplo debate sobre os diversos crimes praticados pelos militares. No estado do Pará, o livro traz um número total de 74 nomes de pessoas que foram assassinadas no campo. Há um destaque para três personagens: Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, morto em São João do Araguaia em 1980; Expedito Ribeiro, morto em Rio Maria em 1991, ambos no sul do Pará e Padre Josimo Morais Tavares morto em 1986 em Imperatriz no Maranhão.

Existem ainda diversos trabalhos que destacam o grande número de homens e mulheres assassinados no campo amazônico. Barata<sup>15</sup> descreve os assassinatos que ocorreram no estado do Pará dos anos de 1980 a 1989. Foram centenas de casos, vitimando lideranças sindicais, padres, advogados, freiras, políticos, pistoleiros, fazendeiros, grileiros entre outros. Embora o livro de Barata seja baseado nas matérias de jornais, fica claro o número de mortes no campo amazônico, principalmente no estado do Pará. Obviamente, como já mencionei, sendo um livro que trata de números, em nenhum momento o autor frisa que os casos registrados em seu livro tenham algo a ver com o projeto dos militares para a Amazônia.

Schmink e Wood<sup>16</sup> nos mostram em uma pesquisa qual o projeto dos governos ditatoriais, as políticas desenvolvimentistas, quase sempre agressivas tinham como objetivos atrair investimentos para a região. Para esses, a Amazônia desempenhou um papel especial no plano geral de desenvolvimento do regime. A riqueza dos recursos existentes, ainda inexplorados, e os grandes territórios pouco povoados na Amazônia fizeram com que a região fosse considerada um bom lugar para absorver investimentos de capital e excedente de mão-de-obra originária de outras partes do país.

---

<sup>14</sup> CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. – Brasília: MDA, 2011.

<sup>15</sup> BARATA, Ronaldo. Inventário da violência: crime e impunidade no campo paraense. Belém: Editora Cejup, 1995.

<sup>16</sup> SCHMINK & WOOD, Marianne & Charles H. Conflitos sociais e a formação da Amazônia [tradução de Noemi Myiasaka Porro e Raimundo Moura]. Belém: Ed. UFPA, 2012.

Petit<sup>17</sup> mostra as transformações ocorridas no período da ditadura militar no Pará. Para esse autor, foram intensos, mas também havia um histórico de uma elite que estava no poder há décadas. Como se pode ver, as contradições foram diversas com relação aos projetos para a Amazônia, resultando em mais diversos conflitos de interesses de um grupo elitizado local e conflitos entre populações tradicionais, como povos indígenas, quilombolas, camponeses e os imigrantes que vieram em busca de terras ou simplesmente de pegar os recursos destinados pelos governantes através de financiamentos feito por órgãos com a SUDAM<sup>18</sup>.

Todos esses conflitos provocaram danos, como torturas e muitas vezes, desaparecimentos, e mortes por assassinatos. As marcas ficaram em várias partes da Amazônia, mas principalmente no estado do Pará, em especial nas regiões como o sul, oeste e nordeste do Pará. Em Rio Maria, no sul do Pará, por exemplo, os rastros da violência causada pelo projeto dos militares deixaram vários mortos, entre eles, uma família quase toda, pai e dois filhos. João Canuto o pai e José e Paulo Canuto os filhos. O primeiro, era presidente do sindicato dos trabalhadores rurais e foi morto em 1985. Os outros dois, os filhos foram mortos por pistoleiros cinco anos depois, em 1990. Nesse duplo homicídio, Orlando Canuto, irmão dos mortos, embora ferido a bala, conseguiu escapar. Outro assassinato foi do também Expedito Ribeiro, que na época de seu assassinato, em 1991 era presidente do STR do mesmo município. Estas e outras centenas de mortes são contadas depois da tomada dos governos militares<sup>19</sup>. Pereira procura explicar essa situação devido a impunidade decorrente dos crimes no campo. Para este, a não condenação é o que faz com que casos como ocorrido com a família Canuto e Expedito Ribeiro leve a outros crimes de encomenda por conta das disputas pela posse da terra, como destaca no trecho a seguir,

Segundo a CPT, dos 914 assassinatos de trabalhadores, advogados e agentes de pastorais envolvidos na luta pela terra no Pará, entre 1964 e 2010, apenas quinze casos foram a julgamentos, quando onze mandantes e treze executores foram condenados. No entanto, apenas seis acusados pelos seus crimes estão presos, sendo três em razão do assassinato da missionária Dorothy Stang, em 12/02/2005, em Anapu (PA), dois em consequência do Massacre de Eldorado dos Carajás, em 17/04/1996, quando 19 sem-terra forma mortos e 69 ficaram feridos no confronto com a PM, na rodovia PA-150, em Eldorado dos Carajás (PA) e um em virtude da chacina de oito posseiros da Fazenda Ubá, em 1985<sup>20</sup>

---

<sup>17</sup> PETIT, Pere. Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

<sup>18</sup> Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia. Foi um órgão criado pelos governos militares para dar subsídios para empreendedores. Ocorre que muitos dos recursos destinados aos projetos na Amazônia forma desviados para outras funções em outras regiões do Brasil.

<sup>19</sup> FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Rio Maria: Canto da Terra. 1ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1993.b

<sup>20</sup> PEREIRA, Airton dos Reis. Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Recife: Editora UFPE, 2015. P, 197.

Outro caso que ficou conhecido nacionalmente e internacionalmente foi o Massacre de Eldorado dos Carajás, quando mais de 19 trabalhadores sem Terra foram mortos pela polícia, no episódio também conhecido como da curva do ‘S’. Sendo mais um caso interpretado como além da responsabilidade dos governos militares<sup>21</sup>.

No entanto, como questão central deste artigo, é o caso do assentamento ‘Quintino Lira’, localizado no município de Santa Luzia do Pará, região nordeste paraense. O município fica na fronteira com o estado do Maranhão. Assim, como grande parte do território do estado do Pará, este município também viveu e tem vivido dias de tensão por conta da disputa pela terra nessa região. A área faz parte do território que compreende os municípios de Capanema, Viseu, Garrafão do Norte, Irituia, Capitão Poço e Nova Esperança do Piriá que tiveram em processo de litígios com o complexo da Cidapar<sup>22</sup> nos fins da década de 1970 e boa parte da década de 1980, caso estudado pela autora Loureiro.

É nesse contexto que surge a figura de Armando Alves Lira, conhecido por ‘Quintino’, ou ‘Quintino Lira’, e que acabou entrando para a história do Pará e da Amazônia, mas principalmente para as populações de várias localidades dos municípios de Viseu, Capanema, Bragança, Capitão Poço, Irituia, Garrafão do Norte e Santa Luzia do Pará, como um personagem emblemático, místico. Com a tentativa do complexo da Cidapar de expulsar centenas de famílias de suas propriedades durante o final da década de 1970 e 1980, Quintino tornou-se o defensor desses posseiros, lavradores a seu modo, na base do gatilho. Tornou-se um gatilheiro, um ‘pistoleiro do bem’, na expressão de muitos moradores. Mas também um entrave para os empreendimentos dos empresários, grileiros e latifundiários da região, além do Estado, omissos a causa dos colonos. A região acabou transformando-se num palco de guerra, até o dia 05 de janeiro de 1985, quando as tropas da polícia militar do Estado do Pará, sob o governo de Jader Barbalho, caçou, localizou e matou Quintino, para alegria dos donos dos empreendimentos da região e para tristeza dos moradores das áreas rurais. Nesse artigo iremos conhecer um pouco mais de sua trajetória e principalmente dos acontecimentos recentes no Assentamento que leva seu nome.

Loureiro destaca que Quintino foi um ‘bandido social’, aquele que não fazia maldades para os seus pares, uma espécie de ‘Robin Hood’, o ladrão que roubava dos nobres na Inglaterra e distribuía para os pobres. Segundo a autora, este não vivia de saques por onde passava. Viviam da ajuda que estes lhe davam. Tentando se desfazer da comparação com outro

---

<sup>21</sup> BRELAZ, Walmir Moura. Os sobreviventes do massacre de Eldorado do Carajás: um caso de violação do princípio da dignidade da pessoa humana. Belém: [s/n], 2006.

<sup>22</sup>Cidapar - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário, Industrial e Mineral do Pará.

‘fora da lei’, o cangaceiro Lampião, Loureiro assim menciona a fala de Quintino dada ao repórter Paulo Roberto Ferreira no dia 21 de novembro de 1984., vejamos um trecho,

Eu me considero mais que o Lampião porque não sei se ele matou mais do que eu. Mas eu já matei quase 100. Mas eu me considero mais apoiado que o Lampião. Tenho mais tropa que o Lampião. Tô com poucos homens aqui porque (o sucesso nas ações) não depende de eu estar com um rolo de homem aqui. Sou mais apoiado, sou mais aplaudido (legitimado). Sou mais querido. Digo que sou melhor do que Lampião porque o Lampião chegava numa região, numa área, ele humilhava, ele tirava roupa de mulher, ele agressava (agredia), pintava os canecos, matava, jogava menino pra cima e aparava na ponta. E eu nada disso já fiz nem desejo fazer. Aonde eu chego, os meninos correm pro meu lado. E onde eu chego numa vila que eu nunca andei, os meninos me metem num círculo e não sabem onde me botar. Portanto, eu digo que sou melhor do que Lampião, porque todo mundo gosta de eu. É mulheres, é menina, é homem. Você sabe como é, a caravana onde eu chego não é deste mundo (é enorme). Se eu chego numa cidade, a fila de meninos é inconferente (numerosa) pra me acompanhar<sup>23</sup>.

Quintino morreu com a fama de gatilheiro, mas nem sempre foi assim. Quintino Lira da Silva, que também se intitulava Armando Oliveira da Silva era um homem comum, como todos os outros colonos que moravam no município de Viseu no estado do Pará. Era conhecido pelo povo como amansador de bois e burros brabos. Ainda jovem, saiu de casa para se casar e foi para o município de Primavera também no Pará, onde foi perseguido por uma questão de posse de terra. Depois de perder sua terra Quintino migrou para um povoado chamado de Broca “próximo do km 47 da Pará – Maranhão (município de Ourém), onde começou a cultivar outro lote de terra<sup>24</sup>. Ali Quintino se juntou a um grupo de posseiros sem-terra que invadiram uma fazenda chamada de Fazenda Libório, sendo que este havia se apossado desta terra. De acordo com Loureiro, Libório grilou os documentos para se apossar. Houve um princípio de negociação da então terra grilada com outro empresário, conhecido por Paraná. Era um proprietário de fazendas e possuía um posto de combustível em Castanhal. Libório vendeu as terras para o Paraná que mudou o nome da fazenda passando a chamar-se de Cambará, os moradores da vila Pau de Remo ao saberem do trâmite falaram que Paraná tinha ‘comprado’ um problema com os colonos. Após o assassinato de um dos colonos chamado “Bragança” Quintino Lira ainda não muito conhecido organizou um grupo de homens para vingar a morte do companheiro. No entanto, a juíza da comarca de Ourém deu o parecer favorável para os colonos e ordenou que Paraná os indenizasse, mas Quintino não

<sup>23</sup> LOUREIRO, violeta Refkalefsky. Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia. Belém: Cejup, 2001. P. 256-257.

<sup>24</sup> Loureiro, Violeta Refkalefsky. Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia / Violeta Refkalefsky Loureiro. – 2. Ed. – Belém; Cejup, 2001, p.234.

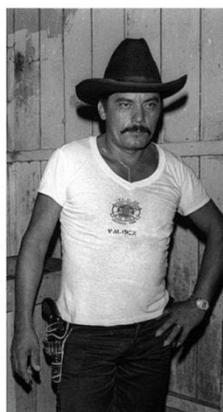
aceitou a oferta, pois a quantia não equivalia aos danos. Como a justiça deu parecer favorável a Paraná, Quintino perdeu a esperança, matou o grileiro de terras. A partir daí começou sua sina de gatilheiro em defesa dos posseiros da região nordeste paraense, parando só com sua morte em 1985, mais precisamente no dia 04 de janeiro.

Sua morte ocorreu às vésperas dos cento e cinquenta anos do levante dos Cabanos<sup>25</sup> no Pará que teria a inauguração de um monumento na entrada da cidade de Belém, chamado de Memorial da Cabanagem prestaria homenagem àqueles homens que haviam tido a coragem de se revoltarem contra um modelo de governo opressor da época. O então governador do estado do Pará, em 1985, Jader Fontenelle Barbalho, se autoproclamava um governante Cabano, uma vez que este tinha sido eleito no processo de redemocratização em 1982 por uma massa que clamava por justiça e sonhavam com dias melhores, tanto na cidade quanto no campo. No dia 04 de janeiro, as tropas da polícia militar do estado paraense, caçaram e mataram Quintino. A festa programada para os dias seguintes, com a inauguração do monumento, encomendada a Oscar Niemeyer não ocorreu. A partir daí, a figura de Jader Barbalho passou a ser vista como aquele que não iria resolver os problemas sociais do povo paraense.

Fig. 2 Quintino da Silva Lira<sup>26</sup>

Assassinado pela PM do Pará o gatilheiro Quintino da Silva Lira. O "matador de cabra safado", liderou a resistência dos posseiros do Guamã contra milícias da companhia de mineração Cidapar que, com o apoio do governo Jader Barbalho, tentou expulsá-los com violência, tortura e morte. Sepultado às pressas pela polícia, seu corpo foi desenterrado pelos posseiros e seguiu em cortejo por diversos povoados, num percurso de 180km. Derrubado numa emboscada, Quintino ajudou a levar os camponeses a uma vitória: após 3 anos de luta armada, a Cidapar foi forçada a abandonar o projeto e a terra foi regularizada em favor dos posseiros. Apagando os rastros da vitória popular, o governo batizou as glebas desapropriadas de Cidapar.

*"Por que Cidapar, se nós ganhamos a guerra?",* questiona um dos aliados do gatilheiro.



## A Questão Agrária no Brasil e na Amazônia

<sup>25</sup> A Cabanagem como ficou conhecido o movimento de revolta que ocorreu no Pará em 1835 em que grupos de homens e mulheres miseráveis se rebelaram contra o governo provincial, matando homens importantes daquele período, como o próprio presidente da Província do Grão-Pará e que teve início no dia 07 de janeiro, durou aproximadamente cinco anos.

<sup>26</sup> Fonte: <http://www.ver-o-fato.com.br/2016/01/a-entrevista-de-quintino-lira-na-radio.htm>

No Brasil as relações dos trabalhadores rurais em seus diferentes contextos históricos tornaram-se promissoras em estabelecer um espaço mais amplo para adquirir o acesso a terra e com a privatização da terra, permitindo que apenas pessoas com poder econômico tivessem o acesso. De acordo com a historiografia, tal processo não se deu de forma tão simples, os camponeses continuaram com sua luta. Na década de 1950 aconteceram transformações que foram importantes para o cenário agrário, como o surgimento das Ligas Camponesas.

As Ligas Camponesas tornaram-se conhecida nacionalmente através da situação dos camponeses que estavam sendo explorados em fazendas de arrendamentos em um Engenho da Galiléia no estado do Pernambuco no ano de 1954. O valor de tal arrendamento passou a ser superior ao valor arrendado, com isso o agricultor não arrecadava recursos para pagar o 'que devia' e nem recursos para o seu próprio sustento, sendo que o lucro iria para o verdadeiro dono da terra. Houve tentativas de rediscutir os valores do arrendamento e a negociação das dívidas para que não houvesse a expulsão dos camponeses das terras, mas não houve negociações por parte do fazendeiro. No entanto, os camponeses foram em busca de apoio político na capital. "Nasceria dessas idas e vindas à capital e dos contatos políticos e personalidades que se propuseram a apoiar os camponeses da Galiléia, o embrião das futuras Ligas Camponesas do Brasil"<sup>27</sup>.

As Ligas Camponesas não surgiram apenas nas reivindicações de direito a terra dos camponeses da Galiléia. Na década de 1940, houve outras Ligas Camponesas com ideais comunistas; Ligas criadas pelo PCB, com cunho político que contribuiu para o principal objetivo político na questão agrária do Brasil, mas tal idealização teve seu declínio quando o PCB entrou na ilegalidade. Em alguns momentos tentaram reerguer as Ligas Camponesas criadas pelo Partido Comunista; mas não obtiveram êxito. É apenas no contexto do Engenho da Galiléia que as Ligas Camponesas ressurgiram tendo o seu principal apoio, o Partido Comunista.

O PCB participou de forma direta no processo para se realizar uma reforma agrária com objetivos de adquirir direitos trabalhistas para o camponês. O partido teve como políticos participantes que foram de importância significativa para o cenário agrário do Brasil que entrava em discussão uma reforma agrária. Francisco Julião foi uma liderança importante e

---

<sup>27</sup> MOTTA, Márcia; ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. Ligas Camponesas: história de uma luta (des) conhecida. In: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol.2: concepções de justiça e resistência nas republicas do passado (1930-1960) / Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.) – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009, p. 244

seu papel coube levar as reivindicações dos camponeses de Pernambuco ao Congresso Nacional. Pensadores intelectuais que estavam no Partido Comunista também foram de fundamental importância como Caio Prado Junior e Alberto Passos Guimarães. Para Silva, o diálogo que esses dois tiveram em comum foi no olhar e reflexão sobre a questão agrária que mantiveram com o PCB,

No trabalho desses dois intelectuais o PCB e seu projeto democrático-Burguês foi referência, tanto no sentido de corroborar idéias, como ficou mais evidente no caso de Alberto Passos, quanto no sentido de se firmar no debate em oposição ao referencial pecebista, aspecto presente em Caio Prado<sup>28</sup>.

Em 1960, ocorreu o V Congresso do PCB, onde entraram em debates problemas ideológicos do partido, contradições e ambiguidades. Caio Prado e Alberto Passos apresentou seus pontos de vistas dos problemas da Questão Agrária com relação ao pensamento do PCB. Para Prado Júnior, seu argumento era que houvesse uma elevação dos padrões de vida dos trabalhadores rurais.

Não há, pois como esperar do desenvolvimento do capitalismo na agropecuária brasileira e muito menos da extinção da parceria uma elevação dos padrões da massa trabalhadora rural. Essa elevação somente virá através da luta desses trabalhadores, sejam quais forem suas relações de trabalho e natureza da remuneração que recebem, por melhores condições de trabalho e de vida<sup>29</sup>.

Para Passos (companheiro de partido de Caio Prado Júnior) a Questão Agrária tinha outro viés. Se para Prado Júnior seria o feudalismo o principal fator de sobrevivência da grande propriedade fundiária. Para Passos seria o Imperialismo o principal objeto de contradição para uma revolução no campo.

O fato de aceitar-se como predominante a contradição imperialista e de admitir-se como principal inimigo do nosso povo o imperialismo estadunidense implica, logicamente, reconhecer o papel primordial que aquela contradição desempenha em todos os aspectos da revolução brasileira. Por conseguinte implica reconhecer que a opressão Imperialista sobre a nação é mais forte que a opressão feudal<sup>30</sup>.

Nessa linha de pensamento, Guimarães apresenta três formas de lutas essenciais de luta de classes. Essas três formas de lutas serão apresentadas de forma coesa e concisa na interpretação do autor Oliveira da Silva, sendo que:

---

<sup>28</sup> SILVA, Ricardo Oliveira da; A Questão Agrária Brasileira em debate (1958-1964): As perspectivas de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS. 2008, p.51

<sup>29</sup> PRADO JÚNIOR, Caio A QUESTÃO AGRÁRIA E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA – 1960: In A questão agrária no Brasil: O debate tradicional: 1500 – 1960 / João Pedro Stedile (org). São Paulo: Editora. Expressão Popular, 2011, p. 79

<sup>30</sup> GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de Latifúndio. In A questão agrária no Brasil: O debate tradicional: 1500 – 1960 / João Pedro Stedile (org). São Paulo: Editora. Expressão Popular, 2011.

A primeira delas é a luta do campesinato contra as várias modalidades de opressão e de espoliação imperialista; a segunda, a luta do campesinato contra as sobrevivências do Pré-capitalismo e contra os latifundiários; e a terceira, a luta dos assalariados rurais contra os patrões, grandes proprietários de terra.<sup>31</sup>

E a partir desse congresso a luta contra o Imperialismo seria o principal objetivo da bandeira do PCB. Houve momentos em que o partido apoiando as Ligas obteve sucesso, mas no momento em que iria ser de fato realizado uma reforma agrária por parte central do governo esse sonho revolucionário foi derrubado. Em 1961 João Goulart foi eleito presidente. Sua proposta para a solução da reforma agrária foi à criação da SUPRA (Superintendência Regional de Política Agrária). O objetivo desse órgão era desapropriar as terras num raio de 10 quilômetros em torno de rodovias federais, e a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural objetivando o fim dos problemas sociais que assolava o Brasil.

No entanto, em 1964 foi dado o golpe militar que tirou de cena os que defendiam as reformas de base e a tão sonhada reforma agrária. O golpe-civil militar (1964-1985) foi uma manobra que tirou João Goulart da presidência. Formando uma junta de militares que governariam o País por vinte e um anos com uma política totalmente execrável e intolerante. De acordo com o autor Aarão Reis,

Jango saiu fugindo do cenário aos soluços: do Rio de Janeiro para Brasília e de lá para Porto Alegre, deixando atrás de si um rastro de desorientação e desagregação. Em Porto Alegre, ainda houve uma última reunião, Brizola queria resistir. Havia notícias de movimentos de resistência em outros lugares do país. O general Ladário Pereira Telles, investido no comando do III Exército, prontificava-se a lutar, advertindo, contudo, que não havia chances de vitória, suas informações não eram muito estimulantes, induziam a capitulação. Ele se dizia porem, um soldado, a espera de ordens. Mas Jango não queria dar ordens, estava apavorado diante do incêndio que ajudara a provocar, horrorizado com a hipótese de uma guerra civil que não desejava<sup>32</sup>.

Como se vê na fala do historiador acima, o golpe que tomou o Brasil em 1964 aconteceu sem derramamento de sangue, mas com perspectivas de traumas que viriam deixar profundas marcas no Brasil como um todo. Logo no início da ditadura, os militares aprovam a Lei nº 4.450 sobre o estatuto da terra e excluíram a SUPRA e criaram a IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), mas a reforma agrária não aconteceu, e só veio dificultar a vida dos trabalhadores rurais e operários, pois os militares não tinham o mínimo interesse de beneficiar tal classe camponesa.

---

<sup>31</sup>SILVA, Ricardo Oliveira da; A Questão Agrária Brasileira em debate (1958-1964): As perspectivas de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS. 2008, p.58

<sup>32</sup> REIS, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. 1ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.44

Portanto, são claras as características e as razões pelos quais não é realizada uma reforma agrária, porque “o problema da reforma agrária é social e política e só tem sentido proposto em escala social e política”<sup>33</sup>, todavia, partindo desse pressuposto o governo tem que alcançar essa escala, mas como? Se os grandes fazendeiros ocupam cargos políticos formando uma bancada na assembleia que favorece os próprios interesses. O governo militar realizou incentivos fiscais para empresas, que fomentou ainda mais a violência em terras brasileiras deixando o Norte, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, com o maior índice de violência pela terra no Brasil. A tabela a seguir retrata o quadro da violência no campo brasileiro nos últimos onze anos e nos dão uma dimensão da difícil situação que se encontra o cenário brasileiro relacionado às disputas pela posse da terra.

Fig. 3 Tabela dos conflitos no campo 2006-2015<sup>34</sup>

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Conflitos de Terra										
Ocorrências de conflito	761	615	459	528	638	805	816	763	793	771
Ocupações/Retomadas	384	364	252	290	180	200	238	230	205	200
Acampamentos	67	48	40	36	35	30	13	14	20	27
Total Conf. Terra	1.212	1.027	751	854	853	1.035	1.067	1.007	1.018	998
Assassinatos	35	25	27	25	30	29	34	29	36	47
Pessoas Envolvidas	703.250	612.000	354.225	415.290	351.935	458.675	460.565	435.075	600.240	603.290
Hectares	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160

No decorrer da conjuntura militar até os dias de hoje, o fim da ditadura não pôs um ponto final para os problemas agrários no Brasil e na Amazônia. Mesmo com o seu término e instauração da democracia os representantes continuaram atrasando o processo da reforma agrária, mas os movimentos sociais que surgiram através da luta camponesa continuaram firme no seu objetivo, “o fim da ditadura não põe fim às lutas sociais. Os fatores dos conflitos estão ativos – as injustiças sociais, a concentração da propriedade, a violência de classe”<sup>35</sup>, essa ainda era a realidade mesmo com a implantação do regime democrático com seus discursos de mudanças em todas as áreas sociais do Brasil. Para Martins, a reforma agrária não será realizada no Brasil, mas sim apenas pequenas desapropriações ocorrerão como nos mostra,

Para ser realista, não vai haver reforma agrária no Brasil. Apenas desapropriações de terras em pontos de maior tensão para amansar os trabalhadores rurais e eventualmente, desapropriações em áreas em que isso for de interesse dos proprietários. É muito pouco provável que um regime político amplamente apoiado

<sup>33</sup> MARTINS, José de Souza. A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República.” São Paulo: HUCITEC, 1986b, p.16

<sup>34</sup> Fonte: Cadernos da CPT/20015

<sup>35</sup> MARTINS, José de Souza. A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República.” São Paulo: HUCITEC, 1986.

e dominado pelas oligarquias rurais, pelos grandes proprietários, ponha a mão para valer no direito de propriedade<sup>36</sup>.

No período de 1960 a 1970 houve uma forte imigração, pessoas estavam fugindo da grande seca do Nordeste do Brasil e de outras regiões do País, seguiram caminho para Amazônia trabalhar nas construções das rodovias e aeroportos que estavam nos planos do desenvolvimento do Estado, “a terra da Amazônia representava uma nova alternativa para os povos marginalizados e despossuídos de todo o país”<sup>37</sup>. Porém, com o fim dessas construções, essa mão de obra ficou sem expectativa alguma de trabalho, pois o governo não deu suporte para esse contingente, que culminou para o processo das lutas por terras com os latifundiários e com as grandes empresas que no atual momento estavam obtendo grande acumulo.

Como imaginar que tal espaço humano (social) e ecológico se tornaria um palco para tamanha violência, destruição, aniquilação, exploração, onde a terra, a água, o bioma viram mercadorias e os nativos ocupantes são tratados como intrusos e empecilho ao desenvolvimento e onde os imigrantes, se quiserem um espaço ao sol devem se tornar capitalistas exploradores, “pisoteando-se uns aos outros, como gado em disparada, numa competição para ver quem bebe água limpa”<sup>38</sup>.

As terras que antes eram públicas, ou seja, terras da União ou do Estado iam sendo apropriadas de forma irregular sem que houvesse nenhuma fiscalização ou controle do governo, mas, as melhores terras com as melhores áreas não eram ocupadas por camponeses ou agricultores de pequeno e médio porte, “Os novos empresários, especuladores e aventureiros, procedentes de diversos rincões do País e do exterior, adquiriram imensas áreas. Surge aí à figura do posseiro do grande posseiro”<sup>39</sup> e isso contribuiu para o aumento da violência nas áreas da Amazônia como um todo. O autor Picoli fala sobre os processos de ocupações e quais eram as figuras que estavam nas articulações das terras.

No processo de ocupação, os grandes articuladores da terra foram os grileiros, os latifundiários e os empresários, tanto nos projetos nacionais como multinacionais. Nesta investida capitalista os verdadeiros representantes do capital venceram os caboclos, os indígenas, os posseiros e os sitiantes. A tática fundamentou-se no poder econômico, político e militar, bem como pela burocracia e pela violência conjunta entre o capital e o estado. Estes grupos econômicos tinham interesse em procurar as condições favoráveis para desenvolver a expansão capitalista na Amazônia com auxílio do estado<sup>40</sup>.

---

<sup>36</sup>MARTINS, José de Souza. A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República.” São Paulo: HUCITEC, 1986. p. 52

<sup>37</sup>PICOLI, Fioreli. Amazônia: do mel ao sangue – os extremos da expansão capitalista. 2ed. Sinop. Editora Fiorelo, 2005, p.60

<sup>38</sup>PICOLI, Fioreli. A violência e o poder de destruição do capital na Amazônia / Fioreli Picoli. – Florianópolis: Editora em debate, 2012, p.08

<sup>39</sup> LOUREIRO; PINTO, op. cit., p.80

<sup>40</sup>PICOLI, 2005, loc. cit

Se até finais de 1970, a maioria dos conflitos agrários no Brasil se concentrava nas regiões do sul, sudeste e nordeste, desde o início dos anos 1980 até hoje, a maioria dos conflitos ocorreu na Amazônia Legal, sobretudo no Pará<sup>41</sup>. Esse quadro de violência só teve tendência a se agravar, pois a falta da política agrária contribuiu para o aumento do índice da criminalidade e grilagem de terra retirando o posseiro do bem em que estava produzindo o sustento. Para Petit,

Frequentemente, sobretudo nos meios de comunicação de massas, os conflitos e a violência presentes nas áreas rurais da Amazônia Legal são apresentados como se fossem o custo inevitável da “modernização do campo na fronteira agrícola”. Uma espécie de faroeste à Brasileira, do qual também estaria ausente o Estado que poderia, com sua mediadora, evitar os conflitos pela terra. Contudo, não é a ausência ou “neutralidade” do Estado aquela que determina a “lei da selva” nas áreas da Amazônia.<sup>42</sup>

Nos anos de 1979 a 1985 foram várias as lutas dos camponeses pelo acesso a terra, as ocupações nas fazendas do centro-sul e em outras regiões do Brasil não foram ações camponesas isoladas, foram apropriações que contribuíram para o surgimento de um movimento, o movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST). No ano de 1984 o MST se consolidou com lutas em favor da Reforma Agrária, tornando-se o principal agente revolucionário para a desapropriação de terras ilegais. O movimento se consolida em diversos Estados. No Estado do Pará, o MST só passou a marcar presença de forma significativa no ano de 1989. A sua primeira ocupação aconteceu no ano de 1990.

No entanto, desde sua gênese, o processo de disputas entre o MST e fazendeiros no estado do Pará, o momento de maior tensão foi em 1996, quando ocorreu o massacre de Eldorado dos Carajás, quando 19 trabalhadores sem terra foram assassinados pela polícia militar do Estado do Pará. Esse desfecho se deu em virtude dos sem terra cobrarem a desapropriação da então fazenda Macaxeira. Segundo o sociólogo Barp, a ocupação desta fazenda macaxeira foi à maior de toda a história com aproximadamente 3.000 famílias, como nos mostra o autor no trecho abaixo,

A especificidade, neste caso, foi que os sem-terra recebiam apoio material e político de 32 prefeitos da região (sul do Pará), os quais muitas vezes conflitavam com os interesses políticos estaduais. Ou seja, a questão da terra colocava-se como pano de fundo, mas a interferência da política partidária acabou estimulando a chacina,

---

<sup>41</sup>PETIT, Pere. O golpe civil-militar, a ditadura e as disputas políticas no Estado do Pará: 1964-1985. In: Revista de Estudios Brasileños, vol. 3, n. 4, 2016.

<sup>42</sup> PETIT, Pere. Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós – 1964, Belém. Paka – Tatu, 2003, p.210

conhecida também, como o maior massacre da luta pela terra na Nova República, com 19 mortos.<sup>43</sup>

### **Assentamento Quintino Lira**

Os posseiros do Assentamento Quintino Lira se originaram de outras invasões de terras antes de se apossarem da fazenda Cambará. Eles haviam ocupado terras na vila da Bacaba que faz fronteira entre os municípios de Santa Luzia do Pará e Capitão Poço. No entanto essas terras eram indígenas e a partir daí a FUNAI desapropriou a área dando parecer aos índios, os colonos ficaram dispersos à beira da estrada aguardando a promessa do INCRA que havia prometido assentar esses posseiros em outra área. Segundo relatos do posseiro Raimundo Ribeiro<sup>44</sup>:

Em 2003 eu participei da apropriação do Bacaba, que chegou a desapropriação que derrubaram as casas, foram retirados o pessoal e eu acompanhei ajudando a tirar as coisas, e fizeram um acampamento na região do areia branca e o INCRA prometendo que havia uma área para os posseiros, alguns foram embora em busca de outros lugares, e o INCRA prometendo.

Os colonos ficaram a margem da estrada por um bom tempo até que apareceu a área da fazenda Cambará cujos proprietários eram a família Bengston<sup>45</sup>. Os posseiros ainda não estavam ligados ao MST. Eles realizaram a invasão da fazenda de forma espontânea. Receberam notícias que as terras eram do Governo Federal, notícias essas que teve origem de um funcionário da fazenda que se chamava Silvio Leôncio. O senhor Raimundo explica o acontecimento,

Quem fez nós vim pra cá, foi um senhor Silvio Leôncio, ele era um funcionário da fazenda cambará, ele organizou o povo e colocou nois na terras, depois de dois anos ele se vendeu para o fazendeiro, ele e outro companheiro pegou doze mil reais pra tirar dez famílias, e desde esse dia ninguém viu mais o rastro dele.

Na fala de João Batista<sup>46</sup>, “em 2007 chamaram para ocupar a área, ficamos dois anos e nove meses, o latifundiário foi e quebrou todas as casas”, os colonos voltaram para a beira da

---

<sup>43</sup>BARP, Wilson José. CAMPO MINADO: vidas esfaceladas. Disponível em: [http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3075/1/Artigo\\_CampoMinadoVidas.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3075/1/Artigo_CampoMinadoVidas.pdf). Acesso em: 17 de Maio de 2016, p. 17

<sup>44</sup>NASCIMENTO, Raimundo Ribeiro do. Coordenador do MST e colono do Assentamento Quintino Lira. Entrevista realizada em: 03.10.2015.

<sup>45</sup>Josué Bengston é deputado federal pelo PTB – PA, e Pastor evangélico pela igreja Quadrangular do Pará. Em 2006 Josué foi acusado de participar de um esquema de corrupção que desviava recursos financeiros do Ministério da Saúde que era destino a compras de ambulâncias. Essa operação ficou conhecida como o “Caso das Sanguessugas”. Para não ser cassado naquela ocasião e perder seus direitos políticos por oito anos, o então deputado renunciou ao mandato parlamentar. Disponível em: <http://www.zedudu.com.br/polcia-prende-filho-do-ex-deputado-josu-bengtson/>. Acesso em 14 de Maio de 2016.

<sup>46</sup>SOUZA, João Batista Galdino de. Militante e colono do Assentamento Quintino Lira. Entrevista realizada em: 03.10.2015

estrada sem expectativa alguma e sem nenhuma resposta do INCRA. No momento em que os posseiros invadiram as terras da fazenda Cambará, imediatamente Josué Bengston entrou com uma ação de reintegração de posse para expulsar os posseiros e recuperar as terras. Segundo o documento,

JOSUE BENGSTON, devidamente qualificado nos autos, ajuizou a presente AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE contra SUDENIR, ANTONIO, LUIZ LEÔNCIO, E OUTROS, alegando que é proprietário e legítimo possuidor do imóvel rural denominado “FAZENDA CAMBARÁ” localizada na vila do pau de remo, no município de Santa Luzia do Pará<sup>47</sup>.

E o fazendeiro usou de forma estratégica para tentar convencer os magistrados que eram responsáveis pelo processo, alegando que os posseiros não se enquadravam como ‘sem terras’ e que não possuíam o ‘perfil’ para a reforma agrária. De acordo com o documento,

O autor ressaltou que todos os invasores possuem residências próprias no município, inclusive comércios não se enquadrando, portanto, no perfil dos clientes da reforma agrária, tendo como único objetivo tirar vantagem ou proveito econômico do imóvel que se encontra em dia com tributos<sup>48</sup>.

Na data de 14 de junho de 2010 o MST publicou um artigo em seu site dizendo que a Polícia Civil do Pará, em conjunto com pistoleiros, haviam invadido o acampamento Quintino Lira, e fizeram um despejo truculento das 200 famílias que ocupavam a fazenda Cambará dando tiros em direção aos acampados. De acordo com o MST, a polícia não tinha mandado de reintegração de posse com autorização da justiça e a ação foi considerada "arbitrária" pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos. O juiz da vara agrária de Castanhal revogou o pedido de reintegração de posse, porque tinha sido informado pelo INCRA de que a área era pública e pertencente ao patrimônio da União. Havia dúvidas sobre a autenticidade do título apresentado pelo ex-deputado federal Josué Bengston (PTB)<sup>49</sup>. Os posseiros retornaram para fazenda Cambará no mesmo ano, 2010. A reivindicação dos colonos com relação às terras se arrola na questão do tamanho da área, pois os mesmos dizem que parte da área é da União e afirmam que o fazendeiro não possui documentos que prove que as terras são de fato de sua propriedade. Segundo documentos da vara agrária de castanhal,

Deve ser enfatizado que o imóvel em referência localiza-se dentro do perímetro da Gleba Pau de Remo, a qual foi devidamente discriminada, arrecadada e matriculada em nome da União Federal/Incrá, sendo portanto patrimônio Fundiário Público Federal.<sup>50</sup>

<sup>47</sup> Fonte: Vara Agrária de Castanhal –Pa.

<sup>48</sup> Fonte: Vara Agrária de Castanhal –Pa.

<sup>49</sup> Disponível: <<http://antigo.mst.org.br/node/10083>>. Acesso em: 27 de Dezembro de 2015.

<sup>50</sup> Fonte: Vara Agrária de Castanhal –Pa.

A questão continua sobre o fato de a área abranger dentro da Gleba, comprovando que o fazendeiro fez uso indevido das terras. Nota-se que o proprietário fez avanço das cercas que é de praxe no decorrer da história agrária em específico na região Amazônica. Prosseguindo na análise do documento que,

Deve-se destacar neste momento a imperiosa necessidade de se separar o “joio do trigo”, ou seja, se de um lado, há provas irrefutáveis de que o imóvel em sua maior parte esta inserido em Gleba Federal de outro lado, não há ainda se quer comprovação acerca do regular destaque dos 1.800 hectares do imóvel, os quais supostamente teria sido alienado pelo Estado à particulares e desses ao autor da presente demanda.<sup>51</sup>

A questão posta no documento referencia que não parte da propriedade seja da União/Federal, mas de toda área, pois o fazendeiro também não possui nenhum documento comprovado que os hectares em destaque sejam dele também, pondo à prova que os restantes das terras também foi grilada, teria sido forjada uma documentação por parte do Estado e doado ao fazendeiro, caso que não foi comprovada e seguiu apenas em hipóteses. Prosseguindo a conclusão do documento,

Portanto, não há duvidas sobre a necessidade de se confirmar a tese desta autarquia de que o restante da área é Terra Pública Federal, o que deverá ocorrer por ocasião de perícia judicial a ser deflagrada pelo juízo componente, cujo objetivo será o de extremar os limites desse imóvel com área Publica Federal e o de confirmar junto ao Iterpa a autenticidade e a localização dos títulos constantes na certidão imobiliária do autor e que mesmo assim atestam uma área de tão somente 1.800 hectares dos 6.866,52,00 hectares, que o mesmo detém indevidamente.<sup>52</sup>

A partir dessa ação judicial é que os colonos voltaram a ocupar as terras, mas agora com respaldo documental comprovando os limites da cerca. Mas não acaba por aqui, pois a situação se agravou quando houve uma tentativa de matar um dos lideres do acampamento. Quando os colonos retornaram às terras em 2010 eles foram acompanhados pelo MST, e mesmo assim estes acabaram desapropriados pelo fazendeiro. João Batista diz que, “em 2010 conhecemos o movimento MST no mês de Abril, depois disso não saímos mais da área”. Mas João Batista afirma que se não fosse o Movimento dos Sem Terra eles já teriam perdido a questão e não saberia qual seria o destino dos colonos, no momento em que o fazendeiro entrava com recurso para desapropriar os advogados do MST inseria outros documentos para garantir a posse dos colonos a terra.

O fazendeiro não ficou satisfeito com a situação e usou estratégias para intimidar os colonos, contratando jagunços para humilhar e reprimir. José Valmeristo Soares mais

---

<sup>51</sup> Fonte: Vara Agrária de Castanhal –Pa.

<sup>52</sup> Fonte: Vara Agrária de Castanhal –Pa.

conhecido com “Caribé” foi morto em 03 de setembro de 2010 numa emboscada armada que teve apoio da Polícia Militar de Santa Luzia do Pará. João Batista Galdino também conhecido como “Clone” estava com Caribé, na sua fala diz,

Em Setembro de 2010 fomos convidados a fazer uma entrevista com a Polícia Militar. Aí nós fomos viajar pra Santa Luzia, e quando chegamos na vila do Bela Vista fomos abordados, foram tomadas nossas motos, capacetes e documentos. Fomos levados para uma vila conhecida como Cacoal, e lá mataram meu companheiro e eu escapei.

O caso repercutiu nos jornais do estado e o MST acompanhou o caso de perto onde os advogados do movimento pediram de imediato a prisão do mandante do assassinato de Caribé, como podemos observar na matéria do portal O Liberal,

O conflito que abriu mais uma vez a porteira da fazenda Cambará para o MST, ocorreu no início deste mês, quando os sem terra João Batista Galdino de Souza e José Valmeristo, o “Caribé”, foram sequestrados de dentro do acampamento onde ambos estavam e que ficava próximo aquela propriedade rural. Caribé acabou sendo morto a tiros, e João Batista conseguiu escapar dos agressores. Marcos Bengston, filho de Josué, e os três pistoleiros envolvidos na empreitada criminosa, foram presos e cumprem prisão temporária<sup>53</sup>.

Nas entrelinhas do jornal O Liberal e a fala do entrevistado João Batista, há divergências na omissão em relação à participação da Polícia Militar, informando que os dois haviam sido flagrados dentro da área, pois de acordo com João Batista isso não era verdade. Após a fuga de João Batista, este conseguiu chegar a um vilarejo próximo a Santa Luzia onde foi recebido por moradores, realizou uma ligação para sua tia Lucia Machado que imediatamente foi à delegacia de Polícia Civil realizar um Boletim de Ocorrência. Segundo relato no B.O, Lucia machado declarou que,

No dia 03.09.2010, por volta das 14:00hs, recebeu uma ligação telefônica do Presidente da Associação da Comunidade do Jararaca; que o interlocutor falou para declarante que tinha uma pessoa em sua residência todo arranhado de “tiririca” e queria manter um contato para pedir socorro; que a declarante pediu para falar com a pessoa que pedia socorro, tendo o interlocutor passado o telefone para João Batista, “clone”; que João Batista disse as seguintes textuais: “Botaram pra matar nós”, que João acrescentou que conseguiu fugir, mas que caribé poderia ter morrido; que João Batista relatou que na estrada tinha sido abordado por uma camioneta preta com ocupadas por três seguranças de Marcos Bengston proprietário da fazenda Cambará: que tinham sido levados para um lugar distante e que em um determinado local os seguranças passaram a humilhá-los e depois efetuaram vários disparos de arma de fogo contra eles, tendo o mesmo conseguido escapar.<sup>54</sup>

O B.O citado demonstra um caso típico de pistolagem que já é comum em terras da Amazônia. Há casos que tiveram uma repercussão midiática. Algumas conhecidas nacional e

<sup>53</sup>Portal ORM ano 2010. Não foi possível encontrar o dia e o mês da publicação.<[http://www.orm.com.br/plantão/imprimir.asp?id\\_noticia=490288](http://www.orm.com.br/plantão/imprimir.asp?id_noticia=490288)>. Acesso em 27/12/2015

<sup>54</sup> Fonte: Vara Agrária de Castanhal –Pa.

internacionalmente como Chico Mendes, Padre Josimo Tavares, Expedito Ribeiro de Souza, Irmã Dorothy Stang e outros<sup>55</sup>. José Valmeristo estava inserido numa lista de mortes em conflitos de terras no estado do Pará<sup>56</sup>, onde a justiça é falha na punição dos pistoleiros e dos mandantes que em muitos casos são os próprios fazendeiros. Meses depois do assassinato de Valmeristo, os colonos continuaram recebendo ameaças. Segundo na fala do Sr. Raimundo Ribeiro,

Sou prometido de morte, fiz as denúncias na justiça e para os Direitos Humanos. Nos temos onze integrantes com ameaças de morte, mais eles não nos intimida, pois estamos prontos para o que der e vier. A gente não quer matar eles, mas também não queremos morrer, a nossa briga é justiça cumpra com o seu dever.

Na entrevista o Sr. Raimundo Ribeiro do Nascimento demonstra que não tem medo das ameaças que recebe, e que sua ação convicta passa a ser corajosa quando diz que não quer matar, mas que também não quer morrer. A ação dos órgãos Estaduais e Federais que acompanham os processos da Fazenda Cambará não atuaram de maneira precisa e decisiva. Em determinados momentos nota-se que há uma negligência sobre os processos, mesmo tendo em vista que todos os documentos das terras da área de conflito comprovam de fato que são terras da União Federal. O INCRA que é responsável pela Reforma Agrária pouco está presente na área. Raimundo Ribeiro explica a ação do INCRA no assentamento Quintino Lira:

Oito anos ocupando a área o Inbra veio e fez uma palestra em 2010 e não voltou mais. Após cinco anos retornou para realizar o levantamento da área. Conversamos com o funcionário e ele disse iria reunir assinaturas e que as terras já estaria destinada à reforma agrária.

A questão passa a se tornar ainda mais recorrente no caso, uma vez que o INCRA passa a ser negligente com relação ao assentamento. O senhor Ribeiro, na sua fala, diz “acho que o INCRA tá esperando que morra mais alguém, pois eles sabem de tudo que acontece aqui”. A tal negligência não parte só do INCRA, mas de outras áreas, (judicial e policial). Observa-se que existem outras formas que acabam se tornando violenta partindo da falta de interesse da polícia em registrar e investigar de forma mais precisa para punir os assassinos

---

<sup>55</sup> PEREIRA, Airton dos Reis. A prática da pistolagem nos conflitos de terra no sul e no sudeste do Pará. In: Revista Territórios e Fronteiras, Cuiabá, vol.8, n.1, jan.-jun.,2015, p.230

<sup>56</sup> “Todos estes assassinatos e chacinas são apenas alguns casos dentre as centenas de assassinatos que aconteceram na região nos últimos trinta anos e que continuam impunes ainda hoje. Na maioria absoluta dos casos, sequer um inquérito policial foi instaurado para apurar a responsabilidade pelos crimes. Conforme registros da CPT, nos últimos 33 anos, houve 772 assassinatos no campo no Pará, com a realização de apenas três julgamentos de mandantes dos crimes. Nos últimos 10 anos, têm sido assassinados, em média, 13 trabalhadores por ano”.SAUER, Sérgio. Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005, p.43

envolvidos nos crimes de conflitos por terra<sup>57</sup>. João Batista exclama de forma precisa que as crianças passam vergonha na escola na vila do Pau de Remo por serem filhos de posseiros. “Para o não posseiro nos somos baderneiros, ladrão de terra, de boi, nossas crianças são chamadas de macacos, são xingados e que não era para eles estudarem na mesma escola”. Para Pereira<sup>58</sup>:

Os trabalhadores são representados como aqueles que praticam uma agricultura atrasada e irracional, sem capacidade de se organizar e de decidir sobre suas vidas, gente sem vontade própria, fáceis de serem conduzidos por pessoas “estranhas”, entre outros. São expressões que procuram significar que ao “invadir” terras alheias, estão os trabalhadores nada mais do que procurando a sua própria morte. Ou seja, as vítimas são consideradas culpadas pelos seus assassinatos, porque são avaliadas como aquelas que querem se apossar, sem direito, de um imóvel que não lhes pertence, desrespeitando o direito de propriedade garantido na Constituição Federal.

A realidade diante de tal situação com relação à reforma agrária e o porquê de ainda as terras não ter passado por uma reforma agrária são perguntas que intrigam os colonos. João Batista nos diz “que está muito difícil ser realizada uma reforma agrária, que pode até acontecer, mas será muito difícil” e enquanto isso os colonos permanecem oprimidos pelo fazendeiro e seus capangas. Há especulações que esses órgãos recebem propinas para não acelerarem o processo, com isso prorrogam para que as ações sejam demoradas. Todas as ações estratégicas de repressão para fazerem os colonos desistirem das terras são registradas em Boletins de Ocorrências (B.O) na delegacia de policia e também na vara agrária de Castanhal-PA, ou seja, tudo que ocorre no acampamento a justiça está ciente dos casos.

## **Conclusão**

A questão da terra na Amazônia ainda hoje é motivo de grandes disputas. Numa região com dimensões continentais, ver algumas pessoas com grandes propriedades de terra, imensos latifúndios e por outro lado, número grandioso de famílias sem um pedaço de chão, vivendo ainda sob lonas, as margens de rodovias em acampamentos é quase inacreditável e inadmissível. A chegada dos militares no poder a partir de 1964 quando implantaram políticas de ‘desenvolvimento’ para a região foi sem duvida umas politicas mais instigantes e questionadas até os dias de hoje.

O modelo de desenvolvimento para a Amazônia culminou por criar grandes concentrações de terras nas mãos de poucos, ficando uma grande maioria de homens e mulheres sem nada praticamente. Se pensarmos, principalmente a região conhecida como sul

---

<sup>57</sup>PEREIRA, op. cit., p. 247

<sup>58</sup>PEREIRA, op. cit., p. 249

do Pará, veremos que os conflitos ali produzidos pela disputa da posse da terra culminaram com vários assassinatos de índios, quilombolas, colonos, advogados, freiras, padres e várias lideranças sindicais, principalmente nos idos dos anos de 1980, 1990 persistindo até os dias atuais.

No entanto, apesar de não ter a mesma intensidade, outras regiões do Pará também tiveram seus momentos de conflitos nessas quatro ultimas décadas. Caso por exemplo do município de Moju, localizado aproximadamente 130 quilômetros da capital paraense, quando na década de 1980, transformou-se num campo de guerra. O caso ali foi estudado por Sacramento<sup>59</sup>, quando em sua mostrou o assassinato de um vereador no dia 07 de setembro de 1984 que queria a todo custo se apossar das terras de colonos, do assassinato do líder sindical Virgílio Serrão Sacramento<sup>60</sup> em abril de 1987 e da invasão a sede do pequeno município no início de janeiro de 1988.

É nesse sentido que a região do nordeste paraense onde está localizado o assentamento Quintino passa por esse momento de grande tensão. Pois surgem as empresas apoiadas pelo capital especulativo com o apoio do Estado para incentivar o empreendimento de algo em que o próprio gestor desse estado procurasse tirar proveito. Assim, foi criado o enredo para que os conflitos pela terra se travassem levando os colonos a serem expulsos de suas propriedades, em detrimento de um novo modelo econômico a ser implantado na região. Em grande parte da Amazônia, os colonos buscaram apoio em entidades como sindicato dos trabalhadores rurais, igreja católica entre outros para a solução dos seus problemas, muitas vezes conseguindo resultados positivos.

Assim, é que as famílias que vivem no Assentamento Quintino Lira, no município de Santa Luzia do Pará procuram encontrar forças para resistirem a todo tipo de pressão contra os despejos e desapropriação. Buscam acima de tudo inspiração na figura de quem leva o nome do assentamento e lutou a seu modo pela permanência dos colonos em suas terras, para que não saíssem, não deixassem ser levadas a serem expulsas. Quintino é a inspiração, dizem alguns moradores, ainda que acreditem que este não morreu, vive por lá, ora se transforma em

---

<sup>59</sup> SACRAMENTO, Elias Diniz. As almas da terra: a violência no campo mojuense. Belém: Açáí, 2012.

<sup>60</sup> Virgílio Serrão Sacramento, líder sindical assassinado em Moju em 1987 era casado com Maria do Livramento Diniz Sacramento e pai de onze filhos: José Dorival, Maria Dinalva, Edna do Socorro, Sandra Regina, Elias, João Agnelo, Maria de Lourdes, Marlene, Ilene, Virgílio Júnior e Noemi.

cachorro, ora em pedaço de pau. Para finalizar, segue um trecho da letra da música Vira-Bicho<sup>61</sup>.

*Durante todo o trajeto  
Pelos dois olhos de um cão  
Já vinha sendo seguido  
O sonho do vira-bicho  
De ver as terras da gleba  
Ser de quem nela trabalha  
Planta, colhe e os filhos cria.*

---

<sup>61</sup> Vira-Bicho foi composta pelos músicos Ronaldo Silva e Cincinato Júnior para o CD Omami Omami, uma produção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará no ano de 1993. O projeto prestou uma homenagem a vários personagens que lutaram pela paz no campo. Entre os homenageados, fizeram parte a freira Adelaide Molinari e Chico Mendes, assassinados na década de 1980, entre outros. Disponível na biblioteca Artur Viana no Centur – Belém/PA.